

INSTITUTO

**Documentação**

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: estadao.com.br

Data: 4/2/2002 Pg

Class: Kafaris 169

## Exploração correta de madeira ainda é difícil na Amazônia

São Paulo - Prestes a iniciar o terceiro ano de corte de madeira, os índios xikrins do cateté, no sul do Pará, - e seus parceiros da organização não-governamental Instituto Socioambiental (ISA) - ainda pagam caro por serem os primeiros a retirar legalmente madeira de uma terra indígena e possuírem, atualmente, o único plano de manejo florestal autorizado a explorar mogno no País. "Infelizmente, o mercado - com exceção de alguns nichos no exterior - não quer saber de onde vem a madeira, e quer o preço mais baixo. Por isso, tivemos prejuízo no ano passado", diz o coordenador do Projeto Xikrin no ISA, o engenheiro florestal Rubens Mendonça.

Segundo ele, porém, muitas portas foram abertas e as perspectivas para 2002 são bem melhores. "Estamos terminando o relatório para a certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC), com o qual deveremos aumentar nossas exportações. Além disso, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deverá terminar uma estrada com a qual economizaremos de 80 a 90 quilômetros de frete, que é a parte mais cara do processo", explica.

A corrida para a viabilização econômica do projeto tem motivos concretos: "Precisamos fazer dar certo antes que os financiamentos sequem e que a paciência dos índios acabe", diz o coordenador do ISA. Iniciado há dez anos, o processo que levou ao plano de manejo sustentado em uma reserva indígena enfrentou várias dificuldades, como a impossibilidade legal de se explorar recursos madeireiros em terras indígenas, problemas técnicos, financeiros e climáticos, até chegar à primeira colheita, em 2000.

O empreendimento, administrado pelo ISA e pela Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté - criada pelos índios -, iniciou com aporte financeiro da Fundação Ford, do Ministério do Meio Ambiente através do Programa de Projetos Demonstrativos/PPG7 e do Programa Norueguês para Povos Indígenas. Atualmente conta com o apoio da CVRD, vizinha da terra indígena em Carajás, e do Ministério do Meio Ambiente, através do Programa de Apoio ao Manejo Sustentável da Amazônia (Promanejo/PPG7).

"Na primeira colheita, retiramos praticamente só mogno, pois tínhamos que mostrar a viabilidade do projeto, mas quem bancou os custos foi a Vale. Na segunda, no ano passado, estávamos conseguindo bancar, mas a queda do mercado internacional, provocada pelos atentados nos EUA, fez com que precisássemos novamente de financiamento da Vale para cobrir os custos e remunerar os índios. Afinal, como explicar para eles que saíram 150 caminhões de toras e eles ainda estavam devendo? Se para mim é difícil entender, imagine para os índios!", conta Mendonça.

O engenheiro florestal diz que depois de 11 de setembro, vários contratos de exportação foram cancelados. "Tínhamos um carregamento de tauari e marupá pronto para o embarque em Marabá, com preço de 600 dólares o metro. Com o cancelamento, estamos vendendo a madeira, que é sensível e pode estragar, no mercado nacional a um terço desse preço". Para Mendonça, a maior dificuldade é competir com a madeira ilegal, que é bem mais barata.

Outro problema enfrentado pelo projeto foi um erro cometido pela empresa contratada para fazer o inventário florestal da área, que superestimou a quantidade de mogno. "Como é a madeira mais valorizada, os rendimentos estimados também foram irrealistas. Agora estamos adequando o diagnóstico ao real potencial da floresta", explica o engenheiro.

Ao mesmo tempo em que foi um banho de água fria, a constatação da falta de mogno mostrou para os índios o estrago que os madeireiros ilegais já haviam feito em suas terras e que o manejo sustentável poderá trazer dinheiro com outras espécies que não interessam aos madeireiros. Enquanto o mogno era abundante, nos anos 80, os madeireiros chegaram a dar um monomotor aos índios.

A visão de longo prazo dos índios é parte fundamental para o prosseguimento do projeto. "No final do ano passado, um boato de que o governo iria tirar a tutela do índios, fez os caiapós - etnia da qual os xikrins fazem parte - irem a Brasília para pressionar. Foram todos os 12 grupos, todos bancados pela madeira ilegal, menos os xikrins que não tinham dinheiro. Fiquei arrasado", desabafa Mendonça.

Além do financiamento de R\$ 100 mil da CVRD - R\$ 50 mil para cobrir o prejuízo e R\$ 50 mil para remunerar os índios -, no ano passado, o ISA espera conseguir este ano recursos da empresa - R\$ 200 mil - para montar uma serraria própria, e está tentando um financiamento do Basa para projetos comunitários, para a exploração da madeira. "A Amazônia ainda não está preparada para o manejo sustentável, não há políticas públicas nem cultura nesse sentido, mas não vamos desistir", diz.